

REVOLUÇÃO E DEMOCRACIA: O EUROCOMUNISMO NO BRASIL, NO CREPUSCULO DA DITADURA MILITAR *

Ana Maria Said **

Introdução

Analisar a importância do pensamento de Antonio Gramsci no Brasil passa por resgatar a atualidade de sua acuidade no detectar a manifestação dos problemas da sociedade capitalista atual, e por recuperarmos seu método que nos permite, em suas raízes, compreender a direção do embate entre as correlações de forças e as transformações em nossa sociedade. As análises gramscianas não perderam nunca a perspectiva da efetiva conquista da liberdade, contra qualquer mistificação do socialismo, criticado por ele como economicismo, determinismo, mecanicismo. É necessário atenção às mistificações de seu pensamento como idealismo ou liberalismo, como aconteceu com parte de intelectuais ditos de esquerda no Brasil, principalmente na década de 1980, período de superação do momento obscuro que havíamos vivido no Brasil nos quase vinte anos anteriores, com a ditadura militar na América Latina, em que seria de fundamental importância uma luta democrática concreta para a superação da repressão e da coerção vivida nessas décadas.

O Brasil, na verdade, deveria construir uma democracia, que havia começado a se projetar a partir de 1950, na efervescência política nos meios intelectuais, artísticos e de organização da classe trabalhadora e camponesa, em Institutos de Pesquisa como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), em organizações estudantis, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), em grupos de teatro, de música, de literatura e poesia, no Cinema Novo, no Seminário de Dramaturgia do Teatro de Arena de São Paulo, importante articulador de intelectuais e tentativas de atingir a classe trabalhadora, etc... É momento de pensadores como Paulo Freire desenvolverem métodos de alfabetização e de conscientização política. São intelectuais que se referem a Gramsci, mas sem usá-lo metodologicamente em suas análises e propostas.

Foram muitas as tentativas de democratização no Partido Comunista Brasileiro. Em 1950, há uma primeira tentativa de *democratizar* o PCB. Ideal retomado em vários momentos pelo partido comunista em nosso país, mas sempre com viés de coligações com forças que não poderíamos chamar de esquerda.

Uso das Categorias Gramscianas no Brasil e o PCB

A influência da proposta de renovação democrática antes da publicação de Gramsci no Brasil se fez através do PCI e

* Esse artigo é resultado de minha pesquisa de doutorado e parte de seu conteúdo encontra-se publicado no livro: SAID, A. M., *Uma estratégia para o Ocidente: o conceito de democracia em Gramsci e o PCB*, Uberlândia, EDUFU, 2009.

** Professora Doutora do Instituto de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia, atuando no programa de pós-graduação na linha de Filosofia Política.

das discussões que se espalharam pelo Ocidente e já estavam, em 1946, veiculadas pela proposta de Luis Carlos Prestes, primeiro chefe do Partido Comunista Brasileiro. Ele propõe, inclusive, a *frente única* formada por operários e patrões progressistas, camponeses e fazendeiros democratas, intelectuais e militares. É interessante que nos documentos entre 1945 e 1946, Prestes defende a via parlamentar e a união com todos os grupos *democráticos*, não importando a posição social, pontos de vista ideológicos ou filosóficos e interesses de classe. Contrário aos métodos de luta direta de reivindicação da classe operária propõe a contenção da sua política nos limites da *legalidade burguesa*. Afirma que as oposições entre as classes deverão resolver-se no parlamento, nos sindicatos, etc. (PIOZZI, 1983, p.s. 27 a 30).

A proposta da *renovação democrática* encontra-se também na *Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro*, de março de 1958, principalmente na II parte do documento, *A democratização da vida política nacional*; na III parte, *Crescem pelo mundo inteiro as forças da paz, da democracia e do socialismo* e na V parte, *A frente única é a luta por um governo nacionalista e democrático*.

Para comprovar a assertiva acima, a obra, *PCB: 20 anos de política - 1958 - 1978*, (Capistrano, 1980) esclarece-nos que, no final da década de 1950, já havia uma *ala democrática* a organizar-se no Partido, propondo a questão da *frente única* como estratégia contra o imperialismo americano, defendida por Prestes desde 1946.

Tendem a unir-se e podem efetivamente unir-se no movimento nacionalista a classe operária, os camponeses, a pequena burguesia urbana, a burguesia e os setores de latifundiários que possuem contradições com o imperialismo norte-americano (CAPISTRANO, 1980, p. 15).

Esse documento ainda aborda a revolução antiimperialista e antifeudal por meios pacíficos:

O caminho pacífico da revolução brasileira é possível em virtude de fatores como a democratização crescente da vida política, a ascensão do movimento operário e o desenvolvimento da frente única nacionalista e democrática em nosso país. (...) O caminho pacífico significa a atuação de todas as correntes antiimperialistas dentro da legalidade democrática e constitucional, com a utilização de formas legais de luta e de organização de massas. É necessário, pois, defender esta legalidade e estendê-la em benefício das massas (IBIDEM, p. 22).

O que pretendemos enfatizar é que já existia no PCB uma *ala democrática* antes da década de 1950, e ou-

tra que evidenciava seu posicionamento no *Manifesto de 1958*: continuavam a propor a luta democrática e não a revolução da classe trabalhadora, como estratégia processual e valorização institucional, agora com influência da proposta italiana pós-1956, a partir do relatório de Khrushchev sobre Stalin e da *via italiana* para o socialismo de Togliatti. Na realidade, compreendemos que a proposta de revolução é contra o imperialismo, mas a democracia, como via para combatê-lo, significava um fortalecimento do capitalismo, por falta de proposta que visasse superar a democracia burguesa.

A partir de 1957, acirra-se a questão, ao crescer no Brasil a ideologia nacionalista, à qual se junta também o PCB. O nacionalismo passará a ser a influência dominante na análise da realidade brasileira. A luta interna nas fileiras do Partido, não se resolve facilmente, havendo um recrudescimento do dogmatismo estalinista interno. Nos anos que se seguiram ao *Manifesto, de 1958*, a *ala democrática*, o grupo que tenta romper com a ortodoxia stalinista no PCB, propõe, sem sucesso, a democratização do Partido. O controle da hegemonia política permanece com a *ala ortodoxa*, isto é, estalinista. Em 1962, acontece uma cisão no partido com a criação do PCdoB (Partido Comunista do Brasil), que traz novas propostas, novo projeto estratégico, dividindo ainda mais a esquerda no país. O PCdoB será formado por um grupo maoísta. Seus integrantes eram ligados ao PC chinês e à sua proposta de revolução.

Com o golpe de 1964, a cúpula do PCB é exilada e a atuação do Partido enfraquece, já que a grande maioria de seus integrantes, presa ou exilada, teve a militância prejudicada. É nesse momento, inclusive, que uma parte dos exilados toma contato com o eurocomunismo, muito forte principalmente na Itália, estando Berlinguer à frente do PCI, seu grande proponente. Gramsci era o referencial indireto desse grupo, que assimila o eurocomunismo e introduz no Brasil as principais propostas do movimento. Observa-se, assim, uma preocupação dos primeiros tradutores de Gramsci e dos intelectuais a eles ligados, no PCB, em *atualizar* o PCI para o nosso país, isto é, atualizar o eurocomunismo para o Brasil.

Com o crescimento da coerção da ditadura militar, na década de 1970, o Comitê Central do PCB encontra-se exilado na Europa e tenta continuar organizado com encontros constantes. O Comitê Central, que se reunia em Paris, nesse momento, tinha Armênio Guedes como interlocutor eurocomunista. Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho, desde o início dos anos 1960, e ainda no Brasil, encontram-se já muito próximos a Guedes. No exílio, juntam-se novamente e reativam a aproximação. A eles se une Ivan Ribeiro, outro importante intelectual do partido. Como consequência, o jornal *A Voz Operária*, importante órgão de imprensa da esquerda brasileira, começa a desenvolver essa tendência eurocomunista, explicitando os

projetos de estudos desse grupo.

Retornando ao Brasil, o grupo do jornal *Voz Operária* continua o projeto no interior do partido. Em 1977, os brasileiros que podiam voltar porque não tinham a restrição do exílio, procuram reativar o Partido, principalmente em São Paulo. A cúpula mais ortodoxa continuava no exílio e, portanto, enfraquecida politicamente no país. A chamada *ala democrática*, ligada aos intelectuais eurocomunistas, vai liderar o processo de reativação do partido. Depois de 1979, o grupo que havia retornado ao Brasil com a anistia começa a buscar contato com o Comitê Central, para iniciar o movimento de reorganização do Partido.

É dessa época a criação do jornal *A Voz da Unidade*, projeto do Comitê Central com o grupo de São Paulo (Marco Aurélio Nogueira, Carlos Nelson Coutinho e outros). Existiam duas concepções de partido expressas nos debates de então: *partido de massas*, de proposta gramsciana, versus partido como *aparelho*, de proposta estalinista, propostas estas perfeitamente distintas, conforme as discussões mantidas e publicadas pelo jornal.

O grupo democrático de São Paulo, que iria dirigir o jornal, deixa-o em julho de 1981 porque perde aos poucos o controle, que vai sendo tomado pelo Comitê Central. Em 1983, os integrantes do grupo democrático se dividem: uma parte vai para o Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB e outra, para o Partido dos Trabalhadores - PT recém fundado, em 1980, depois das greves fortíssimas da região do ABC paulistano. Eles irão preparar o VII Congresso do PCB em 1982, mas sem que participem dele ao acontecer. Ainda nesse ano, houve a Conferência Estadual de São Paulo em que as posições do grupo dissidente são explicitadas em discordância com o Comitê Central, motivo pelo qual não participaram do VII Congresso.

Enfim, o debate sobre ideias políticas de influência gramsciana ocorre no Brasil, por intermédio do eurocomunismo e da estratégia do PCI de Berlinguer, em um momento crucial no final da década de 1970, com a luta pelo fim da ditadura militar, da violência e da tortura. Essa conjuntura influenciará, inclusive, toda a aplicação do conceitual gramsciano em outras áreas acadêmicas e artísticas.

A riqueza da análise de Gramsci sobre estratégia política, sobre a Revolução, como criação de uma nova cultura, além de uma nova organização econômica que Gramsci chamará de criação de uma "*nuova civiltà*", se perde nessa proposta do eurocomunismo. E parte da intelectualidade da esquerda brasileira, embora se denominasse gramsciana, perde também a oportunidade de processar crítica e coerentemente as questões contemporâneas, utilizando-se de suas catego-

rias políticas, influenciados pelo eurocomunismo, já que submerge a riqueza da estratégia gramsciana de revolução. É somente no final da década de 1970 e início de 1980 que se edificará uma nova tentativa de renovação no PCB, que efetivamente tentará se consolidar. Nessa época a cúpula partidária retorna ao Brasil, depois da forçada estada no exterior causada pela perseguição política dos anos cruentos da ditadura militar, disposta a retomar o contato com a realidade brasileira e com a *parte* do Partido que continuava a luta no país. É nesse momento que ocorre o confronto entre Luís Carlos Prestes (desde sempre o chefe do PCB) e uma grande parcela do Partido que pretendia uma *renovação*, agora propondo claramente a *democracia como valor universal*, proposta pelo eurocomunismo, como a *nova* estratégia do Partido.

Sendo exatos, ao lermos os textos do jornal *Voz da Unidade*, percebemos que se desenvolve um grupo que procura consolidar um *novo partido*, para chegar ao socialismo sem a revolução operária, reforçando apenas a democracia liberal.

O jornal *Voz da Unidade*, nos anos 1980 e 1981, foi o porta-voz de um amplo debate que buscava definir a estratégia do Partido Comunista Brasileiro, o que requeria uma nova posição política. Marco Aurélio Nogueira apresentou o jornal para o público no dia 30/03/80 (p. 8 e 9) com o artigo *Democracia e socialismo*:

O jornal *Voz da Unidade* surge como veículo de uma corrente de pensamento que concebe a democracia como elemento essencial do socialismo e que, por isso, faz a sua luta pela conquista de um regime de amplas liberdades democráticas e aberta à participação das grandes massas.

Ao finalizar o artigo, afirmou:

Para nós, apenas o socialismo pode oferecer soluções definitivas para os problemas fundamentais da nação. Mas esse processo tem como pressuposto indispensável a intervenção organizada das massas e a consolidação de um regime verdadeiramente democrático.

Em seu primeiro número, o jornal *Voz da Unidade* publicou um artigo de Prestes que defende a legalização do Partido, até então clandestino, propondo uma frente ampla dos partidos de esquerda, conforme:

A legalidade não se consegue de joelhos. Ela tem que ser conquistada nas urnas, como em 1945. Se isso ocorrer, o partido poderá rapidamente organizar todas as forças de luta contra a ditadura e formar um bloco para conquistar o poder e implantar uma democracia política, econômica e social, abrindo o caminho para o socialismo (PRESTES, 1980a, p. 7).

No segundo número, Prestes publicou uma *Carta aos comunistas*, iniciada com um longo debate sobre os rumos do Partido, posicionando-se contra a direção do Partido e os acordos com a burguesia, ao afirmar que:

(...) o dever dos comunistas é dirigir a luta dos trabalhadores, contribuindo para sua unidade, organização e conscientização, mostrando-lhes que é necessário caminhar para o socialismo, única forma de assegurar sua real emancipação (...) Só assim agindo, realizarão os comunistas uma política capaz de impulsionar o movimento das massas, uma política que não pode ser a de ficar a reboque dos aliados burgueses, mas ao contrário, a de não poupar esforços para que as massas assumam a liderança do processo de luta contra a ditadura e pela conquista da democracia, assim como sua ampliação e aprofundamento continuado (PRESTES, 1980b, p. 4).

Ao mesmo tempo, um grupo partidário começa a defender, acima de tudo, a democracia como direção para o fim da ditadura e para o encaminhamento do socialismo, continuando e renovando o movimento iniciado desde 1958, (ou ainda anterior, embora em outro contexto) mas, sob novas bases, como eurocomunismo.

O debate que tomou corpo no início da década de 1980 e que, na realidade, significará uma transformação da esquerda brasileira, teve como porta-voz o jornal *Voz da Unidade*. Dele participaram intelectuais que fazem parte da nossa história mais recente, como a luta pelas *Diretas já*, para o retorno das eleições diretas que desde o golpe militar estava suspensa no país, a ascensão do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e toda a trajetória do Partido dos Trabalhadores (PT), até sua chegada ao governo em 2002. Fatos que se refletem até hoje em nossa sociedade, mas que não cabe analisarmos nesse texto.

O debate do jornal *voz da unidade* em 1980, 1981 e início de 1982

Na apresentação do jornal no dia 30/03/80, o editor Marco Aurélio Nogueira esclarece que o jornal será porta-voz de uma corrente que concebe a democracia, veículo de passagem para o socialismo, portanto sua luta será ampliar as liberdades democráticas, pois será a participação das massas, com direitos democráticos, acreditava, o que possibilitaria a conquista do socialismo (NOGUEIRA, 1980a).

Ao finalizar o artigo, gerador do debate sobre a estratégia no PCB, asseverou que apenas o socialismo poderia oferecer soluções definitivas para os problemas fundamentais da nação. Mas esse processo teria como pressuposto indispensável a intervenção organizada das

massas e a consolidação de um regime verdadeiramente democrático, como propunha o PCI de Berlinguer, do final dos anos 1970, a democracia como valor universal para a afirmação política do eurocomunismo.

Surgia, então, no PCB um grupo chamado acadêmico ou gramscista que propunha uma nova estratégia para o socialismo e não exatamente para o comunismo, o que já é um ponto importante para nossa reflexão. Ao apresentar o livro: *PCB: vinte anos de política, 1958-1979* (Capistrano, 1980), Marco Aurélio Nogueira afirmou:

Com o VI Congresso, o PCB rejeita a superestimação da luta *armada* como forma privilegiada de luta e passa a se manifestar firmemente por uma política de massas voltada para a conquista da democracia, concebida como elemento essencial da luta anti-imperialista e pelo socialismo. Constatando o novo caráter da ditadura implantada em 64, o Congresso consolida os elementos que hoje dão identidade ao PCB: defesa de um programa democrático amplo e unitário (atuação em todas as entidades de massa, articulação das lutas específicas com as questões políticas mais gerais, aproveitamento de todas as oportunidades legais para o desenvolvimento da consciência e da organização das mais diversas camadas da população, construção de um partido de massas forte e numeroso, enraizado na classe operária e presente em todos os setores e regiões da vida nacional (NOGUEIRA, 1980b, p. 15).

85

Marco Aurélio Nogueira, desde o início do *Jornal*, tem como base as ideias de Gramsci, mas com a interpretação do eurocomunismo, para definir a direção que lhe era dada: jornal não doutrinário, mas de *opinião*. Cabia a esse jornal procurar realizar o *jornalismo integral* de que falava Gramsci: um jornalismo que não pretendia apenas satisfazer as necessidades de seu público, mas também criar essas necessidades e ampliar progressivamente sua área de influência na Reforma intelectual e moral dos leitores, embora não esclarecia que a perspectiva não seria a do operariado ou dos trabalhadores, mas a das *massas*. Em grande parte, a *Voz* será o reflexo de toda essa proposta (cf. NOGUEIRA, 1980c).

A edição de 22 a 28/05 de 1980 contém elementos que nos permitem compreender o confronto que se instala entre os grupos divergentes. O jornal publica notícias que nos permitem acompanhar este processo de divisão.

O PCB indicou Giocondo Dias como o novo dirigente máximo dos comunistas brasileiros. Como os seus integrantes eram ainda clandestinos esse grupo passou a chamar-se de *Coletivo de Dirigentes Comunistas*, sob a sua coordenação. Luís Carlos Prestes não participou do grupo e não compareceu a nenhuma reunião para esclarecer sua posição, mesmo tendo sido convocado. Na

Carta de Prestes aos comunistas ele criticou a postura do Comitê Central. Com sua ausência, foi configurada a “vacância de cargo”, formalizada em maio de 1980.

Nessa ocasião, Giocondo Dias elaborou dois documentos: *Sobre a situação política atual* e *Sobre a Carta aos comunistas do companheiro Luís Carlos Prestes*, publicados pelo jornal *Voz da Unidade*. Essas publicações nos possibilitam a análise do que ocorria nos debates.

No documento *Sobre a situação política atual*, começa a se configurar a nova estratégia para a qual se voltava o PCB, na década de 1980.

Por isso mesmo, os comunistas definem a luta pelas liberdades democráticas como primordial e revolucionária, parte integrante e inseparável da luta nacional, democrática e socialista do proletariado, isto é, da luta contra o imperialismo, os monopólios, o latifúndio e o capitalismo. A luta pela democracia não é, portanto, um expediente tático ao qual os comunistas recorrem como a um escudo contra a repressão e o arbítrio, mas uma necessidade histórica, concreta: o socialismo a ser construído pelo povo brasileiro, como em toda a parte, exige a conquista e ampliação das liberdades democráticas e será a expressão da mais ampla liberdade e democracia (DIAS, 1980b).

O documento *Sobre a carta aos comunistas do companheiro Luís Carlos Prestes*, respondeu ao artigo de Prestes publicado no primeiro jornal, de 30/03 a 05/04/1980. Esse documento reflete a posição do grupo *gramscista* ao registrar que, segundo a resolução do VI Congresso, a revolução brasileira, em sua etapa atual, será *nacional e democrática*. Afirma ainda que “*mesmo não liquidando a exploração dos operários pela burguesia, a revolução nacional e democrática abre caminho para a vitória do socialismo*” (DIAS, 1980b, p. 12). Com isso propõe a democracia burguesa como estratégia para o socialismo.

O grupo se posiciona contra Prestes, que propunha uma frente democrática ampla e defendia uma política de frente de esquerda. Isso faria com que saíssem de cena, partidos que não seriam de esquerda, mas liberais. A direção do PCB defendia a união de todas as forças políticas na luta contra a ditadura. Diferentemente de Gramsci que propunha, da prisão, a luta contra o fascismo e incentivava a *frente ampla* para liquidá-lo, com todas as forças de esquerda unidas para combatê-lo.

O documento *Sobre a carta aos comunistas do companheiro Luís Carlos Prestes*, respondeu ao artigo de Prestes publicado no primeiro jornal, de 30/03 a 05/04/1980. Esse documento reflete a posição do grupo *gramscista* ao registrar que, segundo a resolução

do VI Congresso, a revolução brasileira, em sua etapa atual, será *nacional e democrática*. Afirma ainda que “*mesmo não liquidando a exploração dos operários pela burguesia, a revolução nacional e democrática abre caminho para a vitória do socialismo*” (Dias, 1980b, p. 12). Com isso propõe a democracia burguesa como estratégia para o socialismo.

O grupo se posiciona contra Prestes, que propunha uma frente democrática ampla e defendia uma política de frente de esquerda. Isso faria com que saíssem de cena, partidos que não seriam de esquerda, mas liberais. A direção do PCB defendia a união de todas as forças políticas na luta contra a ditadura. Diferentemente de Gramsci que propunha, da prisão, a luta contra o fascismo e incentivava a *frente ampla* para liquidá-lo, com todas as forças de esquerda unidas para combatê-lo.

No documento de resposta a Prestes¹ o artigo de Giocondo Dias: *Sobre a carta aos comunistas do companheiro Luís Carlos Prestes*, expressa a posição dos chamados *gramscistas* ou *renovadores* do PCB. A Resolução política do VI Congresso afirma:

A Revolução brasileira, em sua presente etapa, deverá liquidar os dois obstáculos históricos que se opõem ao progresso da nação: o domínio do imperialismo e o monopólio da terra. Ela é, assim, nacional e democrática. Devido à preponderância do fator nacional, a direção do golpe principal está voltada contra o imperialismo, particularmente o norte-americano, e seus agentes internos. A burguesia entreguista será liquidada como força social juntamente com os outros inimigos da revolução.

E mais adiante, ao confrontar as afirmações de Prestes e defender sua posição que se assemelhava às resoluções do VI Congresso, Giocondo Dias expõe a tática do Partido:

Vejamos o que diz a resolução do VI congresso sobre nossa tática: “Na situação atual, nossa principal tarefa tática consiste em mobilizar, unir e organizar a classe operária e demais forças patrióticas e democráticas para a luta contra o regime ditatorial, pela sua derrota e pela conquista das liberdades democráticas. A realização dessa tarefa está estreitamente ligada aos objetivos revolucionários em sua etapa atual (liquidação do domínio do imperialismo e do latifúndio) e ao desenvolvimento da luta da classe operária pelo socialismo” (DIAS, 1980c).

Gramsci possuía uma proposta diferente do que o grupo gramscista defendia como *frente ampla*. Unificar forças para a luta pelo socialismo representava para o partido da classe, segundo ele, mobilizar todos os grupos contrários à burguesia, e isso não poderia se dar com as

1. Ressaltamos que Prestes defende posições diferenciadas nos vários momentos de sua atuação no PCB. Por exemplo, em 1948, tinha a mesma posição que agora defendia Giocondo Dias, e à qual se opõe.

forças patrióticas e democráticas que não fossem de esquerda, e elas existiam como oposição à ditadura militar no Brasil de 1980, mas não aliada à classe trabalhadora.

A política do PCB a partir de 1980

A partir de 1980, a leitura da obra gramsciana se intensifica com uma interpretação característica do grupo chamado *democrático* (ou eurocomunista). É o que refletem os artigos desse grupo no jornal *Voz da Unidade*.

Existem vários artigos que apontam a crítica à visão positivista do marxismo e à leitura da *filosofia da praxis* gramsciana. O embasamento das análises era o pensamento de Gramsci, com viés eurocomunista.

Na edição de julho, há uma reportagem sobre a comunicação de Carlos Nelson Coutinho na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) sobre o tema *Democracia e socialismo*, em que esse comunicador utiliza conceitos gramscianos, mas com uma interpretação eurocomunista. Em setembro, um outro seu artigo analisa o livro de Luciano Gruppi, *Tudo começou com Maquiavel (As concepções do Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci)*. Ali se encontra o cerne do que defenderá em suas obras de influência gramsciana. Baseado na política do Partido Comunista Italiano de linha gramsciana, com o qual mantém um constante contato, defendia um Estado de *tipo novo*, assim como Enrico Berlinguer, secretário geral do PCI. Para Carlos Nelson Coutinho:

O elemento de renovação consiste na ideia de que não se trata no “Ocidente” de construir um Estado inteiramente novo, mas de promover uma articulação dialética entre instituições herdadas do passado (que mudam de função graças precisamente a essa articulação) e instituições novas geradas diretamente pelas lutas das massas trabalhadoras. A reforma do Estado passa assim pela criação de uma democracia de massas (COUTINHO, 1980, p. 15).

Nessa interpretação da estratégia gramsciana está a base para o grupo *democrático* defender um *partido novo*, que rompa com a ideia de revolução proletária, enquanto passagem para o comunismo, com insurreição violenta. Fazem uso dessa interpretação da estratégia gramsciana ao defenderem a passagem para o socialismo, como uma reforma do Estado.

A proposta da estratégia democrática, da frente ampla envolvendo todas as forças antiditatoriais, e que continuaria na luta pela ampliação da democracia aos terrenos econômico e social, conforme defende Giocondo Dias, é uma virada no caminho seguido pelo PCB. É também rompimento com Prestes, seu primeiro

chefe, que não aprovava a unidade com os liberais. Essa política passa a ser duramente criticada pelos chamados *conservadores* como, excessivamente *conciliadora*, reformista.

A resposta a essa crítica era que ela não tem fundamento e que o caminho para o socialismo no Brasil é a democracia. Argumentavam que os comunistas brasileiros participam de um dos dilemas básicos deste final de século: o de encaminhar um verdadeiro processo de transformação social, fundado no consenso e nos métodos da democracia, em uma nova articulação entre hegemonia e coerção. Esta última, sendo obviamente indispensável, não deve ser o fator dominante, se o que se quer é uma transição não estatista, não conduzida autoritariamente *pelo alto*. Esses argumentos correspondem às propostas do eurocomunismo, baseados nas proposições de Berlinger no PCI. Para eles, a resposta a uma sociedade complexa (Ocidental) como era o Brasil à época, não poderia ser a revolução armada que, para Gramsci, somente poderia se dar, por exemplo, em sociedades orientais, nas quais existe sociedade civil menos complexa.

Fato relevante em 1980, fartamente citado nos *Debates* de 1981 e 1982 do PCB, da *Voz da Unidade*, foi o lançamento do livro de Carlos Nelson Coutinho: *A democracia como valor universal*. Esse livro significou um marco na evolução do pensamento e da política de esquerda no Brasil. Era resultado de uma tendência do PCB, que tentava tornar-se hegemônica, desde meados da década de 1970, e que Coutinho busca sistematizar nesses textos. O artigo que dá nome ao livro já havia sido publicado na *Revista Civilização Brasileira*, em 1978, com o mesmo título e era a questão central para o grupo¹² que se autodenominava *renovadores*, *modernos*, reconhecidos como *gramscianos*.

A questão da *renovação* do Partido e da democracia, que é o centro sobre o qual girará a proposta para a revolução no Brasil dar-se-á, ou ao menos se acirrará, com o retorno da cúpula do PCB que estava no exílio, em final da década de 1970. Dá-se início, então, à preparação do VII Congresso do PCB, que se realizaria em dezembro de 1982. A primeira tentativa de promover o Congresso foi frustrada pela invasão da polícia. Enfim, durante o ano de 1983, depois de depois de várias reuniões, o Congresso finalmente consegue definir as suas teses.

Nesse momento encontramos três tendências no Partido: a de Prestes que, rompendo com o organismo partidário, funda um grupo paralelo; o Comitê Central, com Giocondo Dias, Salomão Malina, Givaldo Siqueira entre outros, e a dos *renovadores* gramscianos, com Carlos Nelson Coutinho, Armênio Guedes, Marco Aurélio Nogueira, Leandro Konder, Luiz Werneck Viana etc.

12. Esse grupo tem início com uma Assessoria Especial dentro do Comitê Central do Partido, no começo dos anos 1970 e era formado por nomes como Leandro Konder, Marco Aurélio Nogueira, o próprio Coutinho etc.

Os *renovadores* são aqueles que levam para o PCB as propostas eurocomunistas, oriundas do PCI. O livro de Carlos Nelson Coutinho irá desenvolver a nova proposta da *esquerda democrática* europeia como uma possibilidade estratégica para o PCB e nos permite compreender os limites e mudanças de estratégia de grande parte da esquerda ocidental, principalmente pelos partidos comunistas, enraizados nos principais pressupostos do eurocomunismo. Será tema constante do debate que se trava no jornal *Voz da Unidade*.

No Suplemento especial de 08 de maio de 1981 são publicadas as *Teses para um debate nacional de comunistas pela legalidade do Partido Comunista Brasileiro*. Sua tese central é a discussão sobre o imperialismo, não sobre a necessidade da revolução. A questão nacionalista se coloca como central desde as análises empreendidas pelo ISEB, ainda nas décadas de 1950 e 1960, e será influência também na década de 1980, para grande parte da esquerda brasileira.

Na parte III do documento definem qual seria a prática que deveria nortear a direção do Partido:

A nossa concepção democrática da vida social impõe o empenho para apoiar, estimular e participar deste amplo movimento que contribui para derrotar a reação e o arbítrio e para conquistar a completa independência nacional, no quadro de um regime democrático e pluralista (*TESES*, 1981, p. 16).

O documento prossegue definindo qual seria melhor a estratégia a ser seguida:

A etapa atual do processo revolucionário brasileiro, orientado para o socialismo, possui caráter democrático e nacional. (...) A incorporação ao processo revolucionário de massas de milhões de trabalhadores, a estreita aliança das classes e camadas exploradas com a classe operária e a conquista, por esta, da hegemonia na direção da revolução são condições necessárias para a transição ao socialismo. (...) A conquista e o constante alargamento da democracia política são necessários não só para a mobilização das massas para a atual etapa da revolução como, ainda, para a passagem ao socialismo e à construção da nova sociedade. (...) As funções progressistas do setor estatal da economia dependem da composição das forças revolucionárias – e a passagem ao socialismo só é garantida pela hegemonia do proletariado no processo. (...) Segundo a nossa concepção democrática, lutamos pelo fortalecimento do conjunto da sociedade civil, ou seja, para que os cidadãos possam expressar as suas ideias e aspirações através de uma rede de organizações de base (sindicatos, comissões de empresa, associações de bairro e profissionais, comunidades de inspiração religiosa, etc) capazes de intervir na solução dos problemas específicos que lhes dizem respeito e, partindo destes, na decisão das grandes questões nacionais. Só esta democracia de massas, organizada de baixo para cima, poderá assegurar a formação e a participação cada vez maior de um amplo bloco democrático, antiimperialista e antimonopolista na política nacional (*TESES*, 1981, p.17 -18).

Mas, o que é mais importante para nossa análise, vem a seguir: *É possível que a revolução brasileira alcance os seus objetivos prescindindo da luta armada, da insurreição e da guerra civil.* (TESES, 1981, p.18) E seria a luta pela conquista da democracia (com bases liberais) que levaria à possibilidade de alcançar as transformações revolucionárias por um caminho não armado.

As *Teses* propõem uma Assembleia Nacional Constituinte, livremente eleita e soberana para a superação dos problemas impostos pela ditadura: *A elaboração de um programa comum oposicionista pode ser feita de modo democrático, com ampla participação de representantes de todas as camadas do povo brasileiro* (TESES, 1981).

A proposta de uma frente comum partidária com hegemonia do PCB contra as cisões partidárias dos oposicionistas é ressaltada no documento. Grande parte da luta proposta é no sentido de avançar na conquista da hegemonia pelos vários aparelhos privados, inclusive o Parlamento. O documento defende a posição da Igreja e a aliança com ela.

A partir da publicação das *Teses*, o debate passa a girar em torno delas, e se intensificam os posicionamentos citando a obra ou categorias gramscianas, muitas vezes completamente fora de seus referenciais, principalmente, a estratégia da guerra de posição.

Os artigos que se seguem às *Teses*, são um debate entre visões liberais e idealistas de Gramsci e um debate profundo sobre os conceitos de revolução e democracia operária, no materialismo histórico. Colocam-se duas posições: ou a democracia é burguesa ou é proletária.

Esses artigos estão presentes nas últimas edições do *Debate sobre as Teses pela legalidade do Partido Comunista Brasileiro*, que fundamentarão o VII Congresso do partido e não influenciarão apenas os seus rumos, mas o de uma grande parcela da esquerda brasileira, nos meios acadêmicos, principalmente depois da saída dos *gramscianos*, por falta de espaço de *renovação* no PCB.

Essa parcela da esquerda opta por ingressar em outros partidos, como o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), ou o Partido dos Trabalhadores (PT), fundado no início de 80. Intelectuais como Marco Del Roio e de Alberto Aggio (que atualmente tem posições reformistas), por exemplo, continuaram ainda no PCB, pois não comungavam com as ideias dos dissidentes que propunham a *renovação*, com interpretação liberal de Gramsci, embora também defendessem uma democratização do Partido.

Na verdade, o que menos se viu neste debate, embora os membros do grupo *democrático* discutissem a estratégia *gramsciana*, é que Gramsci, sendo materialista histórico, quando propõe a conquista da hegemonia pelo proletariado, não a separa da transformação das condições materiais e do rompimento com o grande capital. É por isso que não se encontra em Gramsci a concepção de democracia como valor universal, mas aquela que leva à hegemonia da classe operária

Isso significa a classe trabalhadora organizada no poder, o encaminhamento para o comunismo, para uma sociedade sem classes, plenamente democrática. A democracia como valor universal, por ter um caráter universal, reforça a dominação, como consequência. A democracia não é universal como regime político ou como moralidade de uma sociedade determinada, a não ser como paradigma platônico.

Essa interpretação idealista da obra gramsciana difundiu-se entre educadores, homens de cultura, militantes políticos, atingindo várias outras áreas da sociedade, caminhando posteriormente para uma leitura *liberal* da obra de Gramsci em nosso país (se isto for possível, sem fazer uma outra teoria que não a sua). Essa leitura idealista acabou prevalecendo também no modo de fazer política de quem tentava não ser dogmático.

Saviani, filósofo gramsciano, um de seus principais intérpretes na área da Educação, analisando a atualidade de Gramsci, ressalta a importância da sua ortodoxia, o que nos leva a refletir sobre as consequências de tornar um revolucionário como ele palatável, inclusive para o capitalismo, retirando a eficácia da sua estratégia para o fim da dominação burguesa. Escreve:

Sim. Gramsci o confessa. A leitura que ele faz de Marx é uma leitura ortodoxa, isto é, fiel ao espírito da teoria original. Mas acrescenta que não se trata de uma ortodoxia à moda religiosa que estiola a doutrina enrijecendo-a e tornando-a impermeável às transformações históricas. Trata-se de uma ortodoxia do método. Assim como Marx exercitou à exaustão o método da análise concreta de situações concretas debruçando-se sobre o processo de nascimento, desenvolvimento, transformações e possível superação do capitalismo, mantendo-se atento a todos os acontecimentos importantes de sua época, cabe conforme o entende Gramsci, dar continuidade a esse procedimento enfrentando com a mesma diretriz metodológica as novas questões que a nova situação histórica vem colocando (SAVIANI in RAGAZINNI, 2005, p. 20-21).

Perder a perspectiva da classe, organicamente, redundando no fortalecimento da dominação dos proprietários. E o Partido da classe operária não pode perder a direção que lhe cabe na luta para o fim do capitalismo, sob pena de reforçá-lo.

A questão central que se coloca é que se tentava introduzir o eurocomunismo no PCB, e sua perspectiva da obra gramsciana, sob uma ótica idealista e liberal em sua interpretação. Essa interpretação nesse momento, pelo grupo que tenta essa renovação, marcará a trajetória da obra de Gramsci no Brasil até nossos dias.

O Eurocomunismo, surgido no final da década de 1970 do século passado, é uma corrente política que se propõe a realizar a superação do leninismo e encontrar para o socialismo uma via nova adaptada às condições da Europa ocidental, onde existia uma ampliação dos direitos sociais e uma qualidade de vida para o operariado jamais alcançada ali anteriormente. A preocupação é buscar uma via para o socialismo que mantenha esse avanço democrático e essa qualidade de vida, sem rompimento frontal com o capitalismo. O eurocomunismo busca um compromisso histórico entre classes, com a burguesia e, principalmente, com a Democracia Cristã italiana, partido católico de ampla base popular na Itália, para efetivar as mudanças necessárias para a transição para o socialismo naquele país.

Berlinguer declarou em 1977, durante a comemoração dos 60 anos da Revolução de Outubro, em Moscou, como secretário-geral do PCI, que a democracia seria o terreno no qual o adversário de classe seria obrigado a retroceder e, também, o valor historicamente universal sobre o qual fundar uma sociedade socialista original. Além disso, afirmava que as conquistas democráticas do movimento operário na Europa, e na própria Itália, configuravam direitos universais. Estava construindo assim uma política democrático-socialista que teria um impacto político imenso nos partidos comunistas, em grande parte do mundo ocidental.

Esta seria a maior influência que o chamado grupo gramsciano no PCB recebe, com todas as consequências na discussão sobre estratégia revolucionária para o socialismo neste partido e, posteriormente, para as principais forças da política brasileira. Percebemos essa preocupação em Coutinho ao apontar uma nova estratégia para a esquerda brasileira e para a *revolução* socialista baseando-se nessa tendência. Expressa o que Enrico Berlinguer definia como democracia política e o seu valor universal. Essa estratégia seria o desenvolvimento da democracia política que, para ele *não é um simples princípio tático; é um valor estratégico permanente, na medida em que é condição tanto para a conquista quanto para a consolidação e aprofundamento dessa nova sociedade* (COUTINHO, 1980a, p. 24-25).

A maneira como se daria a transformação para uma democracia socialista seria, *por um lado, a “criação” de novos institutos políticos que não existem, ou existem apenas embrionariamente, na democracia liberal clássica; e, por outro, a “mudança de função” de alguns velhos institutos liberais* (COUTINHO, 1980a, p. 25).

E continua:

Mas seria um erro supor que essa nova democracia, em todos os seus aspectos só possa surgir após a conquista do poder pelas classes trabalhadoras. Do mesmo modo como as forças produtivas materiais necessárias à criação da nova formação econômico-social já começam a se desenvolver no seio da velha sociedade capitalista, assim também esses elementos da nova democracia (da democracia de massa) já se esboçam em oposição aos interesses burgueses e aos pressupostos teóricos do liberalismo clássico no seio dos regimes políticos democráticos ainda dominados pela burguesia (COUTINHO, 1980a, p. 25).

A continuidade da argumentação nos leva a pensar que esse desenvolvimento seria inexorável. Somente assim se poderia defender a democracia política como *estratégia* e não como *base* para uma transformação da sociedade. O *determinismo* aparece na sequência do parágrafo, com a afirmação de que é possível substituir uma classe pela outra no poder, mantendo os mesmos mecanismos de organização sócio-política.

No primeiro caso, trata-se de suprimir as relações de produção capitalistas para que as forças produtivas materiais possam se desenvolver plenamente, de modo adequado à emancipação humana; no segundo caso, trata-se de eliminar o domínio burguês sobre o Estado a fim de permitir que esses institutos político-democráticos possam alcançar pleno florescimento e, desse modo, servir integralmente à libertação da humanidade trabalhadora (COUTINHO, 1980a, p. 25).

A questão central de como eliminar o domínio burguês não é analisada. Há, no desenrolar do texto, uma análise de como, para Gramsci, dar-se-ia a reabsorção do Estado pela sociedade que o produziu e da qual se encontra alienado (COUTINHO, 1980a, p. 25).² Não há, entretanto, um entendimento sobre a guerra de posição, principalmente quando se contrapõe à *via prussiana*³, a renovação de estratégia que as esquerdas brasileiras deveriam assumir. A transformação viria com a superação da democracia liberal, mantendo a *democracia como valor universal*, conforme podemos apreender neste parágrafo:

Podemos concluir esse rápido esboço afirmando que a relação da democracia socialista com a democracia liberal é uma relação de superação (*Aufhebung*): a primeira elimina, conserva e eleva a nível superior as conquistas da segunda (COUTINHO, 1980a, p. 25).

2. É neste sentido que cabe entender a lúcida observação de Gramsci, segundo a qual a 'sociedade regulada' (sem classes) é aquela na qual o Estado será absorvido pelos organismos autogeridos da 'sociedade civil'".

3. *Via prussiana* é um conceito utilizado por Lenin, depois ampliado por Lukács, para designar as revoluções burguesas tardias, como as que ocorreram na Alemanha, Japão, Coréia do Sul e Taiwan. Essa revolução se dá de cima para baixo, conciliando os interesses da aristocracia agrária, fundiária com os da burguesia. Poderíamos chamar de uma *modernização conservadora*.

A hegemonia das classes trabalhadoras ocorreria através do pluralismo, da união do que Coutinho chamava de *forças populares brasileiras*, embora a *unidade* fosse concebida como valor estratégico. Mas não consegue explicitar *como* ela se daria, pois:

a tarefa da renovação democrática, (...) não poderá ser obra de um único Partido, de uma única corrente ideológica e nem mesmo de uma só classe social. É tarefa que deve envolver a participação de múltiplos sujeitos sociais, políticos e culturais (COUTINHO, 1980a, p. 25).

Podemos pensar na proposta como tática, porque naqueles anos havia a ditadura militar para ser derrotada. Porém, no final desse primeiro texto, o autor volta a afirmar a importância do pluralismo e da busca pela unidade, que teria como meta a conquista do consenso, construindo alianças, para o soerguimento de uma sociedade socialista em nosso país. Alianças com quem? Para Gramsci, o proletariado deveria ser dirigente das classes aliadas (campesinato) e dominante da classe inimiga (burguesia). De qualquer modo, em nenhum momento a palavra comunismo chegou a ser usada por Coutinho, e a sua proposta era uma ampla aliança de todos os grupos antiditatoriais, inclusive, parte da burguesia e dos latifundiários, contrários à ditadura militar, política já utilizada muitas vezes pelo PCB, como afirma Piozzi em seu artigo *Vargas e Prestes: uma comparação entre o trabalhismo e o comunismo no Brasil* (Cf. PIOZZI, 1983).

Fundamental para discutir essas ideias é ressaltar o que significava para Gramsci a noção de democracia. Desde 1924, ainda no jornal *l'Ordine Nuovo*, Gramsci definia democracia como processo de formação orgânica da classe operária na experiência dos Conselhos de Fábrica, de Turim. A democracia seria uma situação de passagem que tornaria possível a organização dos operários e, assim, seu confronto com a burguesia, até a revolução e a possibilidade da verdadeira democracia, a socialista. Esta deveria estender-se à fábrica onde o poder burguês é autocrático e gera a cisão cidadão/produtor (Cf. GRAMSCI, 1987).

Gramsci, segundo a ortodoxia marxista, somente admitia a hegemonia da classe operária, a classe produtiva que era fundamental para a organização capitalista, mesmo quando aliada a outras forças. Sendo assim, somente ela poderia criar um novo equilíbrio social do qual, porém, não tinha a pretensão de ser a única beneficiária.⁴

Outra questão fundamental a ser apontada é a do fim do Estado para Gramsci, que se daria pela reabsorção da sociedade política pela sociedade civil. Assim não se pode falar em qualquer democracia como estratégia para Gramsci, porque a morte do Estado não é o perder-se do público e do coletivo no privado, como pensam os liberais, mas a formação de outro tipo de organismo público atu-

4. O seu ponto de partida é identificar a superação da sociedade capitalista com uma direta assunção das forças produtivas por parte dos novos "condutores". Sucessivamente, no foco da batalha política, Gramsci vai se persuadindo de ter que dar espaço a um tipo de superestrutura que seja, o mais possível, modelado pelas próprias forças produtivas. Em qualquer lugar que se situe o problema dos intelectuais, a relação com o mundo da produção não desaparece, mesmo não sendo imediato, mas mediato (BADALONI, 1975, p. 123).

ante na condução do econômico sob o ponto de vista do interesse geral (BADALONI, 1975, p. 124)⁵. Seriam os Conselhos de Fábrica, para Gramsci, a quem caberia a direção de uma sociedade de indivíduos livres. A ampliação do Estado, o Estado integral para Gramsci, conduz à política do socialismo que vincula socialização dos meios de produção e socialização da vida política.

Ao definir o Partido operário como o Príncipe moderno (recuperando o conceito do Príncipe em Maquiavel), que exerce sua função hegemônica na dialética permanente da sociedade política com a sociedade civil, Gramsci realça que ele desempenha o papel de equilíbrio entre diferentes interesses da sociedade civil, podendo somente ter *um sistema de princípios que afirmem que a finalidade do Estado é a sua própria morte, seu próprio desaparecimento, isto é, que a sociedade política é reabsorvida pela sociedade civil*. (GRAMSCI, 1955, p. 94).

Essa clareza, que irá desenvolver nos *Cadernos*, já se encontra em Gramsci desde 1918. No período do *l'Ordine Nuovo*, que precede os Conselhos de Fábrica de Turim, ele escreve:

A batalha está apenas começando: é preciso destruir o espírito de colaboração de classe e o espírito reformista. Temos de formular com exatidão e precisamente aquilo que entendemos por Estado. É necessário definir e fazer penetrar na consciência das massas que o Estado *socialista*, isto é, a organização da coletividade que se segue à abolição da propriedade privada, não é uma continuação do Estado capitalista (GRAMSCI, 1974-1980, p. 197).

Gramsci não analisa essa reabsorção da sociedade política pela sociedade civil como um simples **deslocamento** em direção ao campo superestrutural ou cultural. O Estado integral pressupõe tomar em consideração o conjunto dos meios de direção intelectual e moral de uma classe sobre a inteira sociedade, realizando sua hegemonia.

Gramsci não analisa essa reabsorção da sociedade política pela sociedade civil como um simples deslocamento em direção ao campo superestrutural ou cultural. O Estado integral pressupõe tomar em consideração o conjunto dos meios de direção intelectual e moral de uma classe sobre a inteira sociedade, realizando sua hegemonia.

No Brasil, é importante a reflexão sobre a reconquista das liberdades, na década de 1980, anos finais da ditadura militar, mas o partido da classe operária não poderia pensa-la apenas como oposição à ditadura militar. A via democrática, isolada de uma es -

5. *Em última instância é o público e o social que encontraram sua plena realização não mais separada do privado, porque este último desenvolveu-se organicamente até tender a identificar-se com o primeiro*" (BADALONI, 1975, p. 124).

tratégia para a conquista do poder pela classe operária, não levaria naturalmente à superação da democracia liberal pela socialista. Gramsci, na prisão, apontava a necessidade de uma Constituinte para extinguir o fascismo e restabelecer a liberdade na Itália, pensava nela como fase intermediária na luta contra o fascismo, para conquistar, com a organização da classe operária, através do Partido, a hegemonia da classe trabalhadora para o fim do Estado.

A teoria gramsciana não cede espaço para uma concepção de Estado de matriz liberal porque se preocupa, em toda a sua obra, com o fim do capitalismo e do Estado burguês. Ao contrário, sua obra é a tentativa mais complexa e elaborada de dar à revolução um fundamento adequado. A proposta dos renovadores, expressão do eurocomunismo no Brasil, colaboraram para que o PCB perdesse de vez o projeto da revolução que é a característica nodal de um partido operário, não se fundamentaram verdadeiramente no arcabouço teórico de Antonio Gramsci.

Analisar essa proposta de renovação com base na teoria gramsciana e em sua estratégia para o capitalismo avançado, requer que retomemos qual seria o papel do Partido da classe trabalhadora para Gramsci. Para o Partido operário, fazer política seria mudar a correlação de forças para conquistar a massa de trabalhadores para a causa dos subalternos e para a sua hegemonia, o que exige organização política, pois essa transformação jamais é continuidade, nem mesmo em momentos de crise orgânica.

O Estado ético ou sociedade civil seria, para Gramsci, a verdadeira democracia. Fica claro, porém, em sua obra, que isso somente se concretizaria com o fim do capitalismo e com uma Reforma intelectual e moral, sendo a base da nova sociedade que surgiria da Revolução.

Ao compreendemos bem a estratégia gramsciana compreendemos que a reforma intelectual e moral para ele, fundamental para a criação de uma nova cultura, não se separa da transformação material. Entender esse conceito nos permite não correr o risco do idealismo. Transformar a sociedade intelectual e moralmente implica transformá-la materialmente, já que significa transformar as relações sociais de produção.

Sendo assim, pensar, com Coutinho e com os gramscianos do PCB, que a maneira como se daria a transformação para uma democracia socialista seria a democracia política, que é “um valor estratégico permanente”, tentando fundamentar-se em Gramsci, é um erro de interpretação desta esquerda democrática, podendo levar a uma prática política que fortalece o capitalismo mais selvagem e o acirramento de sua crise, contribuindo para perpetuar a miséria, cada vez mais profunda, da maior parte da humanidade, enquanto, em contraste, se anuncia um mundo de qualidade jamais vista para o ser humano e sua vida na Terra.

Coutinho escreve que seria um erro supor que a nova

democracia, em todos os seus aspectos, só poderia surgir após a conquista do poder pelas classes trabalhadoras, o que significa que, para ele, isso se daria inexoravelmente como continuidade da democracia burguesa. A nosso ver, essa esquerda, ao propor a democracia política como estratégia e não como tática para a transformação radical da sociedade capitalista, corre o risco de fazer parte do jogo ilusionista que oculta as relações não livres e desiguais sob a aparência da igualdade e liberdade.

Propõe: Do mesmo modo como as forças produtivas materiais necessários à criação da nova formação econômico-social já começam a se desenvolver no seio da velha sociedade capitalista, assim também esses elementos da nova democracia (da democracia de massa) já se esboçam em oposição aos interesses burgueses e aos pressupostos teóricos do liberalismo clássico no seio dos regimes políticos democráticos ainda dominados pela burguesia (COUTINHO, 1980a, p. 25).

É um enfoque determinista, a partir do qual a transformação é pensada como continuidade do mundo burguês e não enquanto ruptura de suas relações sociais. Não analisa a questão central, que seria: como eliminar o domínio burguês para suprimir estas relações capitalistas, fundamental na estratégia gramsciana. Portanto, a proposta dos renovadores, na verdade, não era uma proposta de renovação e, sim, a criação de outro Partido, não-revolucionário, reformista, assim como era a proposta do eurocomunismo de Enrico Berlinguer.

Gramsci, em Americanismo e fordismo, demonstra que as transformações no mundo da produção capitalista geram como consequência uma mudança no modo de ser do homem, mas não no sentido de torná-lo livre e, sim, possibilitando uma maior exploração e alienação. Sendo assim, cabia ao Estado adequar-se para cumprir funções coercitivas, ao mesmo tempo, que de convencimento.

Ao considerarmos o contexto brasileiro, não podemos nos esquecer de que, segundo Gramsci, jamais seria possível considerar um novo mundo e uma nova cultura contrária à burguesa, sem o rompimento com a sociedade burguesa. A reforma intelectual e moral seria fundamental para essa concretização. Entretanto, deveria ter a orientação e a estratégia de um organismo político que a efetive, o Partido da classe trabalhadora, dos subalternos. Houve por parte do grupo dos renovadores de 80, uma apropriação de Gramsci que esvazia o conteúdo revolucionário de sua obra, ao assumir as teses do eurocomunismo, que aderiu paulatinamente a posições reformistas e liberais, rompendo com a visão do Partido como o germe do novo.

Para encerrar nossas considerações, acrescentamos que resgatar o conceito de estratégia revolucionária no mundo contemporâneo significa, inclusive, investigar criticamente as trajetórias dos grupos de esquerda, suas respectivas propostas e as consequentes ações oriundas de interpretações da realidade cujos resultados ajudam a manutenção do mundo burguês, onde é comum haver propostas de mudanças para que nada seja mudado, como fica explicitado na máxima de Lampedusa, em *O Leopardo*: “As coisas precisam mudar para permanecerem as mesmas”.

A tarefa estratégica, na atualidade, é continuarmos a pensar como destruir a possibilidade de dominação do homem pelo homem e criar o reino dos indivíduos livres e iguais, desenvolvendo uma práxis revolucionária que dê conta de provocar uma transformação histórica que nos leve à sociedade sem classes, que Gramsci chamava de *sociedade regulada ou Estado ético*. E isso implica tomar a direção dos aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil, além de avançar na conquista do poder político-econômico.

Portanto, participar desse debate é também buscar as raízes de problemas políticos enfrentados hoje por toda a esquerda brasileira, na tentativa de identificar e propor caminhos para os graves problemas presentes em nossa sociedade e, o pior deles, a pobreza e a miséria de grande maioria da população brasileira, propondo uma reforma intelectual e moral que possibilite construir uma transformação através da hegemonia dos subalternos. Sem esquecer que, para Gramsci, toda reforma intelectual e moral é, também, uma reforma econômica, material.

Referências

BADALONI, N. **Il Marxismo di Gramsci** - dal mito alla ricomposizione politica. Torino: Giulio Einaudi Editori, 1975.

BADALONI, N. Libertà individuale e uomo coletivo in A. Gramsci, in **Politica e storia in Gramsci** – Atti del convegno internazionale de studi gramsciani. Firenze, 9-11 dicembre, Roma, Riuniti 1977.

BADALONI, N. Teoria gramsciana delle dislocazioni egemoniche, **Critica Marxista** nº 2 e 3, marzo/giugno 1987.

CADERNOS AEL: Tempo de Ditadura, nº14/15. Campinas: UNICAMP, IFCH, AEL, 2001.

CAPRISTANO, D., PCB: vinte anos de política – 1958-1978, documento 7. In: **A questão social no Brasil**, Liv. Ed. Ciências Humanas, 1980.

COUTINHO, C. N. e NOGUEIRA, M. A. (Trad. e org.). **Novas Cartas de Gramsci e Algumas Cartas de Piero Sraffa**. Edição de Antonio A Santucci. Prefácio de Nicola Badolani. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

COUTINHO, C. N. **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

COUTINHO, C. N. Nota sobre Antonio Gramsci in GRAMSCI, A., **Concepção dialética da história**, 3ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1978.

COUTINHO, C. N. **A Democracia como Valor Universal**. São Paulo: Livraria Ed. Ciências Humanas, 1980a.

COUTINHO, C. N. Artigo de análise do livro de Luciano Gruppi, **As concepções do Estado em Marx, Engels, Lenin e Gramsci**. Porto Alegre, L&PM Editores, 1980.

COUTINHO, C. N. Os novos partidos e a democracia, **Voz da Unidade**, 31/12/1980 a 08/01/1981.

COUTINHO, C. N. **Dualidade de Poderes**: Introdução à Teoria marxista de Estado e Revolução. 2ª ed. Rio de Janeiro: 1987.

COUTINHO, C. N. **Democracia e Socialismo**: Questões de princípio e contexto brasileiro. São Paulo: Ed. Cortez, 1992.

COUTINHO, C. N. **Marxismo e Política**: a dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 1994.

COUTINHO, C. N. **Gramsci in Brasile in Gramsci in Europa e in America** - org. Eric Hobsbawm, tradução e organização para o italiano A. A. Santucci, Roma, Laterza, 1995.

COUTINHO, C. N. **Gramsci** - Um Estudo Sobre Seu Pensamento Político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DIAS, G., **Voz da Unidade**, 22/05 a 28/05 de 1980a.

DIAS, G. Sobre a situação política atual, **Voz da Unidade**, 05/06 a 12/06 de 1980b, nº 8.

DIAS, G. Sobre a carta aos comunistas do companheiro Luís Carlos Prestes, **Voz da Unidade**, 05/06 a 12/06 de 1980c.

DIAS, G. Os comunistas, a abertura e a democracia, **Voz da Unidade**, 17/10 a 23/10 de 1980d.

FREDERICO, C. O PCB e os marxistas acadêmicos, **Voz da Unidade**, 22/01/ a 28/01/1982.

FREDERICO, C. **A esquerda e o movimento operário 1964-1984**. Oficina de Livros, 1987, 1990, 1991 em 3vols.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Trad. de Carlos Nelson Coutinho; Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002, Vols I a VI.

GRAMSCI, A. **L'Ordine Nuovo. A cura di Valentino Gerratana e Antonio A. Santucci**. Torino: Einaudi Editore, 1987.

GRAMSCI, A. **Quaderni del Carcere: A cura di Valentino Gueratana**. Seconda Edizione. Volume primo, secondo, terzo e quarto. Edizione Critica dell'Istituto Gramsci. Torino: Ed. Einaudi, 1975.

GRUPPI, L. **Il concetto di egemonia in Gramsci**. Roma: Editori Riuniti, 1972.

GRUPPI, L. **As concepções do Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1980

HENRIQUES, L. S. *Onde está o reformismo do PCB?* **Voz da Unidade**, 19/12 a 30/12 de 1980.

KONDER, L. **A Democracia e os Comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1980.

KONDER, L. As novidades na literatura marxista, **Voz da Unidade**, 30/01 a 05/02 de 1981.

MALINA, S. *Notas sobre a discussão da Democracia*, **Voz da Unidade**, 18/12 a 25/12/1981, Ano II.

KONDER, L. **O Último Secretário**. Org. Francisco Inácio de Almeida, Brasília: Fundação Astrojildo Pereira/FAP, 2002.

MALIN, M., FREITAS, M. e SILVA, A. R., *A democracia como questão concreta*, **Voz da Unidade**, 05/02/1982, suplemento especial.

MOREIRA, J. M., *Estratégia democrática e socialismo*, **Voz da Unidade**, 05/02/1982, suplemento especial.

NETTO, J. P. *Para uma avaliação crítica das Teses*, **Voz da Unidade**, 05/02/1982, suplemento especial.

NETTO, J. P. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo, Cortez Editora, 1995.

NOGUEIRA, M. A. Democracia e socialismo, **Voz da Unidade**, 30/03/1980a.

NOGUEIRA, M. A. Apresentação do livro: PCB: vinte anos de política, **Voz da Unidade**, 17/04 a 23/04 de 1980b.

NOGUEIRA, M. A. **Voz da Unidade**, 08/05 a 14/05 de 1980c, Ano I, nº 6.

NOGUEIRA, M. A. **Voz da Unidade**, 2/05 a 28/05 de 1980d, nº 7.

NOGUEIRA, M. A. As teses que não temos, **Voz da Unidade**, 11/12 a 18/12/1981, suplemento especial.

NOGUEIRA, M. A. e Outros. **O PCB em São Paulo - Documentos (1974-1981)**. São Paulo: Leck, 1981.

PIOZZI, P. Vargas e Prestes: uma comparação entre o trabalhismo e o comunismo no Brasil. **Revista Trans/Form/Ação**, São Paulo, 6: 25-36, 1983.

PRESTES, L.C. *A reforma partidária*. **Voz da Unidade**, São Paulo, 30/03 a 05/04/1980a.

PRESTES, L.C. Carta aos comunistas. **Voz da Unidade** – 10/04 a 10/06/1980b.

RAGAZZINI, D. Teoria da personalidade na sociedade de massa: a contribuição de Gramsci. In: **Introdução à Língua portuguesa** – Gramsci na Educação brasileira de Dermeval Saviani. Campinas: Ed. Autores Associados, 2005.

SAID, A.M. **Uma estratégia para o Ocidente**: o conceito de democracia em Gramsci e o PCB. Uberlândia – MG, EDUFU, 2009.

Pretendemos nesse trabalho resgatar a unidade e o marxismo de Antonio Gramsci, a coerência de análise, mesmo nos fragmentos dos seus *Cadernos*, a constância dos temas retomados em um contexto unitário profundo, para compreender o retrocesso orgânico que estamos vivenciando no Brasil atual e na América Latina como um todo. Estudaremos o debate que ocorre em 1980, no interior do PCB, discutindo estratégia e democracia, o que faremos para avaliar uma questão de práxis ainda fundamental para a esquerda brasileira, os conceitos de democracia e revolução gramscianos, que é também a questão central para a esquerda contemporânea. Para essa análise, é fundamental retornar ao marxismo de Gramsci e à sua obra, e retomar conceitos básicos de sua estratégia para a revolução comunista, o que possibilita uma análise crítica do eurocomunismo europeu e seus braços no Brasil, com as consequências atuais do recrudescimento conservador e o perigo da retomada dos grupos políticos de direita, e fascistas, em nosso país.

RESUMO

Democracia, estratégia, Revolução

PALAVRAS-CHAVE

In this work, we intend to rescue the unity and Marxism of Antonio Gramsci, the coherence of analysis, even in the fragments of his *Cadernos*, the constancy of the themes taken up in a deep unitary context, to understand the organic retrogression that we are experiencing in Brazil today and in America. Latin as a whole. We will study the debate that took place in 1980, within the PCB, discussing strategy and democracy, what we will do to evaluate a question of praxis that is still fundamental for the Brazilian left, the Gramscian concepts of democracy and revolution, which is also the central question for the contemporary left. For this analysis, it is essential to return to Gramsci's Marxism and his work, and to resume basic concepts of his strategy for the communist revolution, which allows a critical analysis of European Eurocommunism and its branches in Brazil, with the current consequences of the conservative resurgence. and the danger of the resumption of right-wing and fascist political groups in our country.

ABSTRACT

Democracy, Strategy, Revolution

KEYWORDS

ANA MARIA SAID

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7526-8314>

E-mail: anasaid@ufu.br

RECEBIDO: 07.10.2021

ACEITO: 18.11.2021